

Convite para apresentação de Proposta para o Procedimento de Ajuste Direto

Contratação de Serviço de Assessoria/Consultoria, na Área do Planeamento Urbano e da Gestão Urbanística

PAQ. 6/2025 - EDOC/2024/150534

Em cumprimento da alínea d) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, convida-se V.ª Ex.ª a apresentar Proposta de acordo com o Caderno de Encargos.

1-Entidade adjudicante e local onde decorre o procedimento

1.1-A entidade pública contratante é o Município de Viseu;

1.2-O processo de concurso decorre no Departamento de Serviços Partilhados, Unidade de Contratação e Logística, sito na Praça da República, 3514-501 Viseu, telefone 232 427 458, através da Plataforma Eletrónica www.acingov.pt.

2-Orgão que tomou a decisão de contratar

O órgão que tomou a decisão de contratar foi o Exm.º Sr. Vice-Presidente da Câmara, Eng.º João Paulo Gouveia, em 17/01/2025, com competência delegada nos termos do n.º 2 do artigo 36.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e despacho 001/P datado de 13/10/2021, emitido no uso da sua competência.

3-Regras de participação

Requisitos de acesso à plataforma eletrónica:

3.1-A participação no concurso depende de prévia inscrição no procedimento “Concurso” a ser efetuada na Plataforma Eletrónica www.acingov.pt.

3.2-Após inscrição e validação da documentação solicitada será obtido o acesso necessário para efeitos de consulta de peças concursais.

4-Documentos que constituem a proposta

A proposta será instruída com os seguintes documentos:

4.1-Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo I, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;

4.2-Documento com a proposta formulada nos termos do Anexo A;

4.3-Declaração de Honra do cumprimento do artigo 419.º-A do CCP, aplicável às aquisições de serviços nos termos do artigo 451.º n.º2 do CCP.

4.4-O concorrente tem de apresentar a proposta para a execução do objeto do presente procedimento, nos exatos termos em que foi posto a concurso.

4.5-Serão tidas como não escritas quaisquer condições divergentes do caderno de encargos ou alternativas de qualquer natureza que constem das propostas apresentadas ou de outros documentos que as acompanhem.

5-Idioma da proposta

5.1-A proposta e os documentos que a instruem devem ser apresentados em língua portuguesa.

5.2- Quando pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve a entidade convidada, fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

6-Modo e Prazo para a apresentação da proposta

6.1- A proposta deverá ser obrigatoriamente entregue, na plataforma eletrónica já identificada, **até às 23h59 do 6º dia**, a contar da data do envio do Convite.

6.2- Quando pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no ponto anterior, deve ser encerrado em envelope opaco e fechado, em cujo rosto se deve indicar a designação do procedimento e da entidade, e enviado por correio registado à entidade adjudicante até ao fim do prazo estabelecido para entrega das propostas.

6.3- A proposta e os documentos são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, e deverão ser datados e assinados.

7-Preço base

O preço base global do presente procedimento é de **19.200 €** (Dezanove mil e duzentos euros), que limita o preço contratual, acrescido de Iva á taxa legal em vigor.

O contrato inicia a sua execução após a data da última **assinatura digital** nos termos do nº1 do artigo 94º do CCP.

8-Condições de pagamento e faturação

8.1 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as quantias devidas pela entidade adjudicante, acrescidas do IVA às taxas legalmente em vigor, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção das respetivas faturas mensais, as quais devem conter o numero sequencial do compromisso.

8.2 - A fatura só poderá ser emitida após a conclusão da prestação de serviços e/ou entrega dos bens para que possa ser processada e posteriormente paga, devendo mencionar na mesma o numero da requisição e o numero sequencial de compromisso.

Nos termos do artigo 299-B do Código dos Contratos Públicos a mesma deve ser emitida eletronicamente, pelas grandes empresas e remetida através do portal SaphetyDoc (www.saphety.com), com o qual o Município de Viseu tem parceria.

Nos termos do nº 4 do artigo 9º do Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual (alterado pelo Decreto-Lei nº 54/2023, de 14 de julho), as micro, pequenas e médias empresas, poderão até 31 de dezembro, proceder ao envio da fatura via CTT para o Município de Viseu, Praça da Republica - 3514-501 Viseu, ou para o e-mail: au@cmviseu.pt.

8.3 - Em caso de discordância da entidade adjudicante relativamente aos elementos e valores constantes das faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, no prazo de 15 dias, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

8.4 - Desde que devidamente emitidas, as faturas são pagas no prazo referido no n.º 1 por meio de transferência bancária para conta a indicar pelo adjudicatário, ou por outro método acordado.

9-Caução

Não é exigida a prestação de caução nos termos do artigo 88º do CCP.

10-Documentos de habilitação/Adjudicatário

10.1- Declaração emitida conforme o Anexo II do CCP assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, de acordo com a certidão da conservatória do registo comercial;

10.2- Documento comprovativo de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do CCP.

10.3- Certidão da Conservatória do Registo Comercial, acompanhada dos documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, se necessário;

10.4- Declaração de inexistência de impedimentos, conforme o **Modelo Q**, para o cumprimento do artigo 9º da Lei nº52/2019, de 31 de julho, cuja omissão determina a caducidade da adjudicação, nos termos do artigo 87º-A do CCP.

10.5- Juntamente com os documentos de habilitação e dentro do mesmo prazo, o adjudicatário deverá apresentar documento comprovativo de registo no RCBE. *(Não aplicável a entidades em nome individual)*.

Tendo em atenção o disposto no nº1, b) do artigo 37º da Lei nº89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei nº89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87º-A do CCP.

10.6 - Documento com a indicação do IBAN da entidade.

10.7 - CERTIFICAÇÃO DE PME ou outra, para efeitos de faturação eletrónica.

11-Modo e prazo para apresentação dos documentos de habilitação

11.1- Os documentos de habilitação são apresentados diretamente na Plataforma Eletrónica indicada.

11.2- Os documentos de habilitação deverão ser apresentados no prazo máximo de 5 dias a contar da data da notificação da adjudicação;

11.3- O prazo para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86º é de 5 dias;

11.4- Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar ao município de Viseu, o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos estejam redigidos em língua portuguesa.

12-Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento

Quando o prazo fixado para a apresentação da proposta seja inferior a nove dias, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo.

13-Prazo de execução

O prazo de execução é de 12 meses, com início à data da última assinatura digital do contrato nos termos do nº1 do artigo 94º do CCP.

14-Critério de adjudicação

Não aplicável.

15- Tratamento de Dados Pessoais

1-Os dados pessoais a que os concorrentes tenham acesso durante o presente procedimento serão tratados em estrita observância com as regras e normas do regulamento geral sobre a proteção de dados (“RGPD”) - Regulamento (EU) 2016/679 do parlamento e do Conselho , de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e á livre circulação desses dados, da Lei nº58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do RGPD (“LERGPD”), e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, devendo, apos a adjudicação do contrato, ser eliminados todos os dados pessoais a que tenham tido acesso no âmbito do procedimento ou por causa dele, exceto aqueles que possam ser necessários ao cumprimento de obrigações legais.

2-A disposição constante do numero anterior aplica-se a todos os concorrentes que se inscrevem como interessados na proposta e possam ter acesso a informação no âmbito do procedimento.

3- Os concorrentes comprometem-se a cumprir integralmente e sem reservas com o estipulado no RGPD e LERGPD.

16-Legislação aplicável

Em tudo quanto for omissa no presente convite observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos na sua atual redação.

Viseu, 19 de janeiro de 2025

João Paulo Gouveia

Vice-Presidente da Câmara

Anexo I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável.

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO A

MODELO DE PROPOSTA

(Nome, estado, profissão e morada, e/ou firma e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento (Designação do Procedimento), obriga-se a executar a prestação de serviços, em conformidade com o mesmo, pelo Valor global de €, (por extenso e por algarismos).

A este valor acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Valor total da proposta: €

Condições de pagamento - Conf. artº 299º do CCP

Período de execução -

Prazo de manutenção da proposta (em conformidade com artº 65º do D.L. 18/2008)

Data e assinatura:

Modelo Q
Declaração de inexistência de impedimentos

(Declaração para cumprimento do artigo 9º da Lei nº52/2019, de 31 de julho)(1)

Nome: _____

número de documento de identificação: _____

morada: _____

na qualidade de Representante Legal(ais) da Firma
_____, NIF _____ no procedimento de
contratação pública _____

Declaro que não me encontro em nenhuma das situações previstas nos
números 1 a 5 do artigo 9º da Lei nº52/2019, de 31 de julho;

(OU)

Indicação da relação em causa, nos termos e para os efeitos previstos nos
números 9 a 11 do artigo 9º da Lei nº52/2019, de 31 de
julho _____

_____, ____/____/____

(1) Aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos